



**Poder Legislativo**  
Assembleia do Estado do Amazonas  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

**PARECER**

**PROJETO DE LEI Nº 166/2024**

**PROPONENTE: DEPUTADO ABDALA FRAXE**

**RELATORA: DEPUTADA ALESSANDRA CAMPÊLO**

**ESTABELECE** políticas estaduais acerca do fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS.

**1. RELATÓRIO**

O Deputado Abdala Fraxe, no uso de suas atribuições legislativas, apresentou o Projeto de Lei nº 166/2024 que “Estabelece políticas estaduais acerca do fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS.”

A justificativa do projeto encontra-se anexa.

O Projeto de Lei foi incluído em pauta nas reuniões ordinárias dos dias 20, 21 e 26 de março de 2024, não tendo recebido emendas ou substitutivo.

Seguindo o Processo Legislativo, os autos foram encaminhados a esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação, para análise de seus aspectos constitucional, legal e jurídico, nos termos do disposto no art. 27, inc. I, alínea “a” c/c art. 127, §1º, inc. III, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas.

No dia 09/05/2024 o autor apresentou Substitutivo.

Passo a emitir Parecer, na tentativa de criar juízo de valor, conclamando aos Nobres Pares desta Comissão e ao Douto Plenário deste Poder, para acompanhar o parecer.

É o breve relatório. Passo a opinar.





**Poder Legislativo**  
Assembleia do Estado do Amazonas  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

## 2. FUNDAMENTAÇÃO

Com base no que dispõem o art. 33, caput, da Constituição Estadual<sup>1</sup> e art. 87, inc. I<sup>2</sup>, do Regimento Interno, o eminente Deputado Abdala Fraxe, submete para apreciação desta Casa Legislativa a presente propositura justificando a iniciativa, em breve síntese, que o projeto tem por objetivo o fornecimento gratuito de medicamentos formulados de derivado vegetal à base de canabidiol, pelo Poder Executivo nas unidades de saúde pública estadual e privada conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS.

Conforme a justificativa do autor, a cannabis possui propriedades medicinais cientificamente comprovadas no combate à epilepsia refratária, convulsões, autismo, câncer, depressão, ansiedade, insônia, dependência química, dores crônicas, esquizofrenia, fibromialgia, náuseas, artrite, asma, síndrome de Dravet, síndrome de Tourette, Transtorno de Estresse Pós-Traumático, esclerose múltipla, glaucoma, estresse, inflamações, Parkinson, Alzheimer.

O uso legal de medicamentos à base de cannabis é uma realidade no Brasil desde 2016 por meio da importação. E a partir de março de 2020 entrou em vigor a resolução da Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) que regulamenta a venda de produtos à base de cannabis em farmácias e drogarias brasileiras. Antes disso, apenas um medicamento tinha autorização para ser comercializado em farmácias no Brasil.

Procedendo, então, a devida análise ao substitutivo apresentado pelo autor, verifica-se que o tema tratado neste Projeto de Lei se situa no âmbito da competência legislativa concorrente, estabelecida à União, aos Estados e ao Distrito Federal, conforme art. 24, inciso XII da Constituição Federal de 1988, o qual foi reproduzido, integralmente, na Constituição Amazonense, consoante art. 18, inciso IX, do texto constitucional estadual.

*"Art. 24. Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:*

*.....*  
*XII – previdência social, proteção e defesa da saúde; "*

*"Art. 18. Compete ao Estado, respeitadas as normas gerais estabelecidas em lei federal, legislar concorrentemente com União sobre:*

<sup>1</sup> Art. 33. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça, ao Defensor Público Geral, ao Tribunal de Contas do Estado e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.

<sup>2</sup> Art. 87. A apresentação de projetos respeita a iniciativa privativa, nos termos da Constituição do Estado, admitindo-se as seguintes hipóteses quanto à autoria: I – Deputado e ou Deputados em conjunto, sendo considerados autores todos os seus signatários; (Redação dada pela RL N. 789, de 20.04 2021)





**Poder Legislativo**  
**Assembleia do Estado do Amazonas**  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

.....  
*XII – previdência social, proteção e defesa da saúde;”*

Entretanto, ressalto que o artigo 4º está atribuindo funções ao órgão do estado do Amazonas, contrariando o artigo 33, § 1º, inc. II, “b”, da Constituição do Estado do Amazonas, razão pela qual apresenta-se a EMENDA SUPRESSIVA anexa.

Desta forma, o presente Projeto de Lei encontra-se totalmente ancorado na competência concorrente, insculpida na Carta Magna Federal.

Estando de acordo com as normas constitucionais e legais de competência, cumpre esta Comissão de Constituição e Justiça reconhecer pela constitucionalidade do projeto de lei, na forma da Emenda Supressiva

**3. VOTO**

Diante do exposto, considerando que o presente projeto atende os requisitos formais exigidos pela ordem constitucional e legal, **MANIFESTO VOTO FAVORÁVEL** ao prosseguimento do Projeto de Lei nº 166/2024, na forma da Emenda Supressiva ora apresentada.

**S.R. DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 09 de maio de 2024.

*[ASSINADO ELETRONICAMENTE]*  
**ALESSANDRA CAMPÊLO**  
**DEPUTADA ESTADUAL – PODEMOS**  
**RELATORA**





**Poder Legislativo**  
Assembleia do Estado do Amazonas  
**Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR**

**EMENDA SUPRESSIVA Nº /2024.**

**SUPRIME** o artigo 4º, do Projeto de Lei nº 166/2024, que  
“**ESTABELECE** políticas estaduais acerca do  
fornecimento gratuito de medicamentos formulados de  
derivado vegetal à base de canabidiol, pelo Poder Executivo  
nas unidades de saúde pública estadual e privada  
conveniada ao Sistema Único de Saúde - SUS”.

Art. 1º. Fica suprimido artigo 4º, do Projeto de Lei nº 166/2024.

**S.R. DA COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS DA ASSEMBLEIA  
LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS**, em Manaus, 09 de maio de 2024.

*[ASSINADO ELETRONICAMENTE]*  
**ALESSANDRA CAMPÊLO**  
**DEPUTADA ESTADUAL – PODEMOS**  
**RELATORA**





**PODER LEGISLATIVO**  
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO  
ESTADO DO AMAZONAS

## ASSINATURAS DIGITAIS

ALESSANDRA CAMPELO DA SILVA - DEPUTADO(A) - EM 14/05/2024 10:08:42

